

Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva,
Ana Vieira e Cristóvão Margarido (orgs.)

Migrações, Minorias Étnicas, Políticas Sociais e (Trans)Formações

Mediação Intercultural
e Intervenção Social



Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
(Orgs.)

**MIGRAÇÕES, MINORIAS
ÉTNICAS, POLÍTICAS SOCIAIS
E (TRANS)FORMAÇÕES.
Mediação Intercultural
e Intervenção Social**

 Edições
Afrontamento

Título: Migrações, Minorias Étnicas, Políticas Sociais e (Trans)Formações.
Mediação Intercultural e Intervenção Social

Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira e Cristóvão Margarido

© 2020, Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-1841-9

Colecção: Textos / 167

Depósito legal: 476820 / 20

N.º edição: 2044

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2020

Este livro foi objeto de avaliação científica

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeia



POLITÉCNICO
DE LEIRIA
ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Índice

Introdução	7
<i>Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira e Cristóvão Margarido</i>	
Capítulo 1	
Imigração portuguesa, políticas sociais e mediação intercultural	15
<i>José Carlos Marques, Ana Maria Vieira e Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 2 – Da investigação à intervenção com ciganos e da empatia com uma comunidade	33
<i>Abílio Amiguiinho</i>	
Capítulo 3 – «Era uma vez... ou sou do tempo em que...»	45
<i>Mirna Montenegro</i>	
Capítulo 4 – Portugueses ciganos: exclusão social ou não-integração?	49
<i>Maria José Casa-Nova</i>	
Capítulo 5 – A mediação com as comunidades ciganas	71
<i>Bruno Gonçalves</i>	
Capítulo 6 – Dos projetos de mediação e intervenção comunitária à articulação com o ensino superior	77
<i>Cristóvão Margarido</i>	
Capítulo 7 – Da coexistência à convivência em Madrid: os casos de Tetuán e Lavapiés	89
<i>José Carlos Machado e Ricardo Vieira</i>	



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**
ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

Capítulo 8 – Experiências e Projetos de Mediação Intercultural e Intervenção Social – o caso da InPulsar	111
<i>Lisete Cordeiro</i>	
Capítulo 9 – Uma etnobiografia docente emancipacionista: mediação intercultural e relações étnico-raciais num contexto formacional	125
<i>Silvia Michele Macedo de Sá</i>	
Sobre os autores	143
Sobre os organizadores	147

al e Intervenção Social	111
.....	
mediação intercultural	125
.....	
.....	143
.....	147

Introdução

O tema das migrações, das minorias étnicas e das diferentes políticas sociais usadas para a convivência ou para a coexistência cultural é, provavelmente, um dos temas mais caros à *mediação intercultural* e à *intervenção social*, na medida em que estamos perante o aparente imbróglho de como vivermos juntos sendo tão diferentes (Touraine, 1998). A mediação intercultural enquanto pedagogia social para uma intervenção social dialogante, empoderadora e autonomizadora (Jares, 2007; Caride, 2016; Vieira, R. e Vieira, A., 2019) não se esgota nas migrações e nas minorias étnicas mas muito tem aprendido com elas para pensar a difícil tarefa de governar, agir, interagir, viver e conviver num mundo tão multicultural que alguns sonham em tornar intercultural.

A migração não é um estado de emergência, mas uma experiência básica e uma «realidade da existência humana» (Hoffmann-Nowotny, 1994). Ela questiona significativamente as sociedades contemporâneas, criando espaços sociais que extravasam os estados nacionais, moldando as estruturas económicas, políticas, culturais e sociais das sociedades e possibilitando a construção de identidades e formas de convivência plurais. A investigação e o estudo das migrações é, por isso, cada vez mais um estudo sobre a sociedade que procura conhecer as práticas, experiências e processos de inclusão pessoais e sociais de todos os que vivem nas sociedades migratórias.

Em muitos países da Europa [mas não só] o número de imigrantes que entram e/ou que residem no interior das suas fronteiras são, frequentemente, apresentados como a origem de muitos dos problemas que afligem esses países. Ora, como é sabido, os números têm um forte ‘poder simbólico’, em especial quando manipulados por discursos mediáticos e políticos que procuram definir uma determinada situação de forma a condicionar as opções e comportamentos

dos cidadãos. Nos estudos e debates em torno das migrações e dos estrangeiros, os números são usados tanto por partidários dos direitos dos migrantes e da livre circulação como pelos adversários das migrações e de sociedades plurais... e, por vezes, os mesmos números são vistos de forma oposta por cada um destes grupos. Nas recentes campanhas políticas, e nos discursos mediáticos em torno das migrações, parece evidente que a estatística e os números têm um poder de atração diferente em função do espectro político [esquerda ou direita] que os usa. Em muitos destes debates não é possível deixar de pensar na famosa citação que afirma que existem três tipos de mentiras: as mentiras, as mentiras malditas e as estatísticas [frase popularizada por Mark Twain em 1907]. As estatísticas não são, certamente, merecedoras deste uso pejorativo, uma vez que elas são um instrumento indispensável para conhecer a natureza crescentemente diversa da sociedade contemporânea.

Diversos estudos têm demonstrado que a imigração não constitui a causa das desigualdades existentes nas atuais sociedades nacionais. Ela apenas torna mais visíveis e presentes as desigualdades, marginalizações e discriminações que já eram possíveis de encontrar noutros períodos históricos. A diferença é que, para além das questões associadas à própria diversificação das sociedades, estas questões adquirem novas ressonâncias, um potencial de irritação sistémico de diferentes áreas da vida em sociedade e novas formas de intersecção e de articulação política. A investigação migratória, ao analisar as questões associadas à mobilidade das populações, pode contribuir para ajudar as sociedades multiculturais a compreenderem-se a si próprias e, assim, colaborar no desenvolvimento de políticas dirigidas à mitigação das persistentes desigualdades sociais.

Como referia, em agosto de 2015, a chanceler alemã, Angela Merkel¹, «a questão dos refugiados poderá ser o próximo grande projeto europeu». As virtualidades desta afirmação situam-se em dois planos: primeiro colocam as pessoas no centro do debate em torno do futuro da Europa; em segundo, dirigem a nossa atenção para as questões humanitárias que têm origem para além das fronteiras europeias e que se prolongam em território europeu. Parafraseando a chanceler, a questão dos refugiados é apenas uma manifestação de uma questão mais geral que deverá tornar-se o projeto europeu do futuro e que é a questão migratória relacionada com as alterações populacionais experimentadas em várias regiões da Europa.

Mas a questão das migrações e dos refugiados é apenas parte da diversidade que caracteriza as sociedades contemporâneas. As sociedades nunca foram homogéneas; antes compostas por diferentes grupos sociais que de forma mais

⁽¹⁾ Entrevista dada, em 16 de agosto de 2015, ao canal público alemão ZDF.

ações e dos estrangeiros, mitos dos migrantes e da e de sociedades plurais... posta por cada um destes rcos mediáticos em torno úmeros têm um poder de uerda ou direita] que os pensar na famosa citação ras, as mentiras malditas em 1907]. As estatísticas uma vez que elas são um escentemente diversa da

não constitui a causa das is. Ela apenas torna mais e discriminações que já s. A diferença é que, para ío das sociedades, estas de irritação sistémico de e intersecção e de articu as questões associadas à r as sociedades multicult orar no desenvolvimento ualidades sociais.

mã, Angela Merkel¹, «a projeto europeu». As vir- primeiro colocam as pes- a; em segundo, dirigem a n origem para além das uropeu. Parafraseando a ifestação de uma questão futuro e que é a questão mais experimentadas em

nas parte da diversidade ociedades nunca foram ociais que de forma mais

mão ZDF.

ou menos pacífica coexistiam no mesmo espaço e tempo. Muita desta diversidade intrínseca só se torna(va) visível quando um grupo considera(va) relevante proceder a categorizações que permitiam distinguir entre agregados com diferentes recursos económicos, sociais, culturais e políticos.

O ser humano é um animal classificador, observa a alteridade, inclui-a nos seus semelhantes, na medida em que se identifica, ou exclui-a, usando, como fronteira da identidade, uma classificação feita pela negativa, autocentrada e/ou estigmatizadora do(s) outro(s). Nos Estados Unidos da América, a cultura hegemónica dos White Anglo-Saxon Protestant (WASP) classifica os restantes americanos de «grupos étnicos», no caso dos descendentes de emigrantes europeus que não sejam WASP, e de «grupos raciais» os restantes americanos que consideram «de cor», como é o caso dos africanos, chineses, mexicanos, japoneses, porto-riquenhos, entre outros. Como dizia Pierre Bourdieu, «quem classifica, classifica-se» (1979). E, portanto, uma inclusão leva, inevitavelmente, a uma exclusão. «O poder de classificar leva assim à etnicização dos grupos subalternos [...] são demasiado diferentes para poderem ser plenamente associados à condução da sociedade» (Cucho, 1999, p. 130).

As culturas hegemónicas, rígidas na conceção e controlo da identidade, usam, muitas vezes, estratégias de a negar ou desvalorizar. Uma das estratégias vulgares é o uso negativo do atributo de «dupla identidade» (Cunha, 1997) a alguns grupos e pessoas. «A conceção negativa da «dupla identidade» permite desqualificar socialmente certos grupos, nomeadamente as populações com origem na emigração. Inversamente, querendo reabilitar os mesmos grupos, alguns vão elaborar todo um discurso que procede à apologia da “dupla identidade”» (Cucho 1999, p. 184).

Dar o nome, classificar um grupo ou um contexto, é construir a realidade. Ganha nome e, se houver consenso sobre o mesmo, ganha uma certa autonomia relativa que permanece no tempo. Nesta linha, classificar é, também, criar fronteiras. Classificar pode ser, assim, também, construir o gueto, a separação porque só alguns grupos têm poder suficiente para classificar (Bourdieu, 1989).

Os humanos não pensam no vazio. O pensamento acaba por ser, sempre, de alguma forma, um processo comparativo. Pensamo-nos na interação com os outros e vice-versa. A classificação é uma forma de arrumar a diversidade e, em consequência, de colocar «cada macaco no seu galho», guetizando e criando, muitas vezes, incomunicações entre os diferentes. Como muito bem referiu Fredrik Barth, (1969, 2004), nos processos de identificação, o que primeiro parece contar é essa vontade de diferenciação, de marcar o limite entre «nós» e «eles» que é, no fundo, a marcação de uma fronteira:

Mais precisamente, a fronteira estabelecida resulta de um compromisso entre a que o grupo visa dar-se e a que os outros querem atribuir-lhe. Trata-se, sem dúvida, de uma fronteira social, simbólica. Pode, em certos casos, ter contrapartidas territoriais, mas tal aspeto não é essencial. [...] O que cria a separação, a «fronteira», é a vontade de diferenciação e a utilização de certos traços culturais como marcadores da sua identidade específica (Cucho, 1999, p. 138).

No entendimento de Barth, o fenómeno identitário tem de ser apreendido na ordem dos modos de relação entre os grupos sociais o que evidencia a construção/reconstrução da identidade no quadro das interações sociais: «As diferenças culturais de significação fundamental para a etnicidade são aquelas que as pessoas utilizam para marcar a distinção, a fronteira, e não as ideias do analista sobre o que é mais aborígene ou característico na cultura destas» (Barth, 2004, p. 20).

Em Portugal, a etnicização mais explícita, enquanto processo com raízes mais profundas no tempo, com processos políticos e jurídicos de perseguição e guetização, tem sido a do povo cigano. Mais de cinco séculos de perseguição que construíram a hétéro e autoimagem de uma cultura nómada, de ditos populares de que o teto dos ciganos são as estrelas do céu quando, na verdade, tudo isso corresponde a um sucesso social do próprio povo cigano face à rejeição e perseguição que o obrigou a andar de terra em terra, muitas vezes com a polícia atrás.

[...] todas as soluções foram tentadas pelo Estado para se ver livre da gente cigana, até a condenação à morte. O fracasso desta política foi sendo evidenciado pela sucessiva renovação da legislação publicada e pelo agravamento das penas cominadas. A falência histórica estatal relativa aos ciganos podemos avaliá-la hoje em toda a sua extensão: os ciganos nunca foram eliminados ou domesticados e também nunca deixaram de ser vistos como gente estranha e «duvidosa» [no mínimo] pela maioria. A «questão cigana» continua por resolver. (Costa, 1995, p. 13-14).

Efetivamente, como referem Bastos e Bastos (1999), profundos estudiosos do povo cigano e da ciganofobia,

Entre a invisibilidade social inerente à pobreza e à exclusão social e a excessiva visibilidade negativa decorrente da estratégia de aculturação antagonista os ciganos portugueses permanecem como a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia registadas em Portugal. (Bastos e Bastos, 1999, p. 155).

O caso da minoria étnica dos ciganos surge-nos com um exemplo bem concreto de como a etnicidade, a identidade, o grupo étnico, ou mesmo a nação, não

resulta de um compromisso
uerem atribuir-lhe. Trata-se,
ode, em certos casos, ter con-
cial. [...] O que cria a separa-
a utilização de certos traços
ecífica (Cuche, 1999, p. 138).

tem de ser apreendido na
ue evidencia a construção/
ociais: «As diferenças cul-
ão aquelas que as pessoas
ideias do analista sobre o
» (Barth, 2004, p. 20).

o processo com raízes mais
os de perseguição e gueti-
s de perseguição que cons-
da, de ditos populares de
na verdade, tudo isso cor-
face à rejeição e persegui-
zes com a polícia atrás.

ado para se ver livre da gente
ita política foi sendo eviden-
cada e pelo agravamento das
lativa aos ciganos podemos
nunca foram eliminados ou
vistos como gente estranha e
o cigana» continua por resol-

, profundos estudiosos do

e à exclusão social e a exces-
a de aculturação antagonista
grave e escandalosa de todas
n Portugal. (Bastos e Bastos,

um exemplo bem con-
o, ou mesmo a nação, não

são coisas em si definíveis sem ser em relação a outrem (Barth, 1969; Banks, 1996). Como refere Fenton (2005), lembrando as obras marcantes de Hobsbawm e Ranger [The invention of Tradition] e de Anderson [Imagined Communities], «nações e grupos étnicos são frequentemente vistos como socialmente construídos, imaginados ou inventados e decerto não meramente como grupos que partilham descendência e cultura» (p. 14).

Este livro, que resulta da conjugação de ideias e de textos escritos no seguimento da 7.^a conferência de mediação intercultural e intervenção social, realizada a 30 de novembro de 2019, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, conta com especialistas de migrações, com especialistas da cultura cigana, com especialistas de mediação intercultural, que têm preocupações políticas e sociais de equidade e inclusão social, e com investigadores e interventores sociais que estudaram contextos espanhóis, brasileiros, portugueses e, particularmente, leirienses.

Em termos de organização, o livro está dividido em 9 capítulos.

No capítulo 1, José Carlos Marques, Ana Maria Vieira e Ricardo Vieira analisam os dados da imigração portuguesa contemporânea, as soluções encontradas para acolher os imigrantes e evidenciam a progressiva adoção de políticas sociais assentes nos princípios e nas práticas de mediação intercultural como pedagogia social para o acolhimento e a convivência social.

No capítulo 2, Abílio Amiguiño invoca a sua própria trajetória de vida, pessoal e profissional, para perceber e tornar perceptível para outros o alcance atingido pela investigação e intervenção que coordenou ou em que participou. Sublinha bem a necessidade de trabalhar *com* os ciganos e não *para* os ciganos, de os escutar e envolver quer na pesquisa quer na transformação social global para uma convivência mais humana.

Mirna Montenegro mostra-nos, no capítulo 3, num tom autobiográfico e bem intimista, como aprendeu a despir-se do olhar técnico e redutor de profissional, planificador e avaliador, para passar «a ‘sentar-me na soleira da porta’ e a esperar que as pessoas se revelassem, para, com elas, ir construindo comunicação... Afinal é tão simples começar uma caminhada... Dar-se tempo, dar tempo,... Dar-se espaço, dar espaço,... Escutar e escutar-se... Receber e dar... Acolhermo-nos...»

No capítulo 4, Maria José Casa-Nova, refletindo sobre o «estar dentro» o «estar entre» e o «estar na fronteira», traz-nos uma reflexão feita a partir de décadas de trabalho etnográfico com população portuguesa cigana: aqui teoriza «a potencialidade heurística do conceito de exclusão social e a possibilidade da sua substituição por um conceito que contribua para uma maior aproximação ao conhecimento da realidade: o conceito de *não-integração*».

Bruno Gonçalves faz, no capítulo 5, uma reflexão sobre a necessidade de, para além da resolução de conflitos tão cara à mediação clássica, se fomentar a mediação intercultural enquanto «comunicação entre as pessoas da sociedade maioritária e as pessoas pertencentes a grupos culturais minoritários», particularmente com os grupos ciganos.

No capítulo 6, Cristóvão Margarido apresenta-nos um historial dos projetos de mediação e intervenção comunitária e sua articulação com o ensino superior em Leiria, particularmente na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

José Machado e Ricardo Vieira apresentam-nos, no capítulo 7, os resultados de uma investigação recente, realizada em Madrid, com processos de intervenção social nos bairros de Tetuán e Lavapiés através da mediação comunitária desenvolvida pelas instituições La Rueca e Culturas Unidas.

No capítulo 8, Lisete Cordeiro mostra-nos um conjunto de experiências e projetos de mediação intercultural e intervenção social promovidos pela InPulsar, uma Associação para o Desenvolvimento Comunitário em Leiria.

Finalmente, no capítulo 9, Sílvia Michele Macedo de Sá e Ricardo Vieira apresentam-nos uma etnobiografia da professora Brasília, da Ilha do Paty, onde esta trabalha com uma comunidade negra do Recôncavo do Estado da Bahia, Brasil. Neste estudo, salientam-se as potencialidades emancipadoras desta educadora, uma mulher negra de origem humilde que se tornou numa autêntica mediadora intercultural, promovendo transformações na comunidade onde trabalha e estabelecendo pontes com as suas singularidades étnico-raciais e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANKS, M. (1996). *Ethnicity: Anthropological Constructions*. Londres: Routledge.
- BARTH, F. (1969). (ed.) *Ethnic groups and boundaries*. Oslo: University Press.
- BARTH, F. (2004). Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In H. Vermeulen e C. Govers (2004). *Antropologia da Etnicidade: Para Além de «Ethnic groups and boundaries»* (pp. 19-44). Lisboa: Fim de Século.
- BASTOS, G. e BASTOS, S. (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa: Fim de Século.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- CARIDE, J. (2016). La mediación como pedagogia social: viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira e C. Margarido. *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 13-25). Porto: Edições Afrontamento.

o sobre a necessidade de,
ção clássica, se fomentar a
e as pessoas da sociedade
ais minoritários», particu-

um historial dos projetos
ção com o ensino superior
cação e Ciências Sociais do

o capítulo 7, os resultados
om processos de interven-
da mediação comunitária
nidas.

onjunto de experiências e
promovidos pela InPulsar,
o em Leiria.

le Sá e Ricardo Vieira apre-
da Ilha do Paty, onde esta
lo Estado da Bahia, Brasil.
ipadoras desta educadora,
numa autêntica mediadora
dade onde trabalha e esta-
aciais e culturais.

ns. Londres: Routledge.

lo: University Press.

a análise da etnicidade. In H.
idade: Para Além de «Ethnic
ulo.

lisboa: Fim de Século.

Jugement. Paris: Éditions de

iejas realidades, nuevos retos
ilva, A. Vieira e C. Margarido.
rial (pp. 13-25). Porto: Edições

COSTA, E. (1995). Os Ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão. In L. Cortesão e F. Pinto. *O Povo Cigano: cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão* (pp. 13-25). Porto: Edições Afrontamento.

CUCHE, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.

CUNHA, P. D' Orey (1997). *Entre dois mundos. Vida quotidiana de famílias portuguesas na América*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, Ministério da Educação.

FENTON, S. (2005). *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

HOFFMANN-NOWOTNY, H.-J. (1994). Migrationssoziologie. In H. Kerber e A. Schmieder (Eds.), *Spezielle Soziologien. Problemfelder, Forschungsbereiche & Anwendungsorientierungen* (pp. 388-406). Hamburg: Rowohlt.

JARES, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*, Porto: Profedições.

TOURAINÉ, A. (1998). *Iguais e Diferentes: Poderemos Viver Juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

TWAIN, M. (1907). Chapters from My Autobiography. *The North American Review*. 184(607), 113-119.

VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2019). Paradigmas da intervenção e pedagogia social: do trabalho social biomédico à intervenção socioeducativa, mediadora e empoderadora. *Laplage em Revista*, 5(2), maio-agosto, 8-20. ISSN: 2446-6220.

Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido